

Eólica Serra das Vacas Holding S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Serra das Vacas Holding S.A. e Controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eólica Serra das Vacas Holding S.A. e Controladas (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eólica Serra das Vacas Holding S.A. e Controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

a) Análise quanto à redução ao valor recuperável (“impairment”) do ativo imobilizado

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.10 e nº 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia avalia anualmente a existência ou não de indicativos de riscos de valor recuperável para seu ativo imobilizado. As avaliações compreendem as estimativas relacionadas a fatores internos e externos que podem afetar os ativos e requerem grau significativo de julgamento por parte da Administração. Em 31 de dezembro de 2020, os ativos classificados pela Companhia na rubrica do imobilizado somavam o montante de R\$439.531mil. Esses ativos são referentes aos parques eólicos e compostos, em sua maioria, pelos aerogeradores alocados na linha de máquinas e equipamentos.

Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto à estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados à geração de energia; e (iii), há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável do ativo imobilizado; (ii) a avaliação da razoabilidade do modelo e metodologia utilizados pela Administração na análise do valor recuperável dos ativos; (iii) o envolvimento de nossos especialistas para nos auxiliar na avaliação da taxa de desconto utilizada; (iv) a avaliação das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas e custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima

Contador

CRC nº 1 SP 257330/O-5

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019	2020	2019
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	2	1.607	1.778	Fornecedores		-	-	4.319	1.446
Títulos e valores mobiliários	5	-	2	7.494	7.117	Arrendamentos	15	-	-	160	132
Contas a receber	6	-	-	7.899	8.917	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	15.736	251.035
Dividendos a receber		9.911	14.398	-	-	Debêntures	13	3.671	65.705	3.671	65.705
Impostos e contribuições a recuperar		73	73	859	1.063	Obrigações trabalhistas		-	-	-	136
Outros ativos		2	2	1.380	1.036	Obrigações tributárias		1	1	931	982
Total dos ativos circulantes		<u>9.987</u>	<u>14.477</u>	<u>19.239</u>	<u>19.911</u>	Outros passivos	16	-	-	6.594	3.838
						Total dos passivos circulantes		<u>3.672</u>	<u>65.706</u>	<u>31.411</u>	<u>323.274</u>
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras vinculadas	7	3.685	-	17.258	12.836	Arrendamentos	15	-	-	7.226	7.050
Outros ativos		-	-	11	9	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	238.324	-
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	8	34.632	43.798	-	-	Debêntures	13	62.262	-	62.262	-
Partes Realcionadas	9	1.318	16.500	-	-	Partes Relacionadas	18.2	-	16.000	-	16.000
Investimentos	10	146.276	148.217	-	-	Outros passivos	16	-	-	8.545	1.516
Imobilizado	11	-	-	439.531	454.655	Total dos passivos não circulantes		<u>62.262</u>	<u>16.000</u>	<u>316.357</u>	<u>24.566</u>
Intangível	12	-	-	1.693	1.715	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Total dos ativos não circulantes		<u>185.911</u>	<u>208.515</u>	<u>458.493</u>	<u>469.215</u>	Capital social	18.1	181.785	165.785	181.785	165.785
						Prejuízos acumulados		<u>(51.821)</u>	<u>(24.499)</u>	<u>(51.821)</u>	<u>(24.499)</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>129.964</u>	<u>141.286</u>	<u>129.964</u>	<u>141.286</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>195.898</u>	<u>222.992</u>	<u>477.732</u>	<u>489.126</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>195.898</u>	<u>222.992</u>	<u>477.732</u>	<u>489.126</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
RECEITA LÍQUIDA	19	-	-	53.222	61.012
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	20	-	-	(43.192)	(37.816)
LUCRO BRUTO		-	-	10.030	23.196
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	21	(3)	(13)	(1.971)	(905)
Equivalência patrimonial	10	(17.941)	(5.802)	-	-
LUCRO OPERACIONAL		(17.944)	(5.815)	(1.971)	(905)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	22	34	1	568	2.491
Despesas financeiras	22	(9.412)	(8.850)	(33.670)	(36.754)
		(9.378)	(8.849)	(33.102)	(34.263)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(27.322)	(14.664)	(25.043)	(11.972)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	23	-	-	(2.279)	(2.692)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(27.322)	(14.664)	(27.322)	(14.664)
Média ponderada das ações - em milhares		168.354	198.682	168.354	198.682
Prejuízo por ação (em reais - R\$)	18.5	(0,1623)	(0,0738)	(0,1623)	(0,0738)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(27.322)	(14.664)	(27.322)	(14.664)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(27.322)</u>	<u>(14.664)</u>	<u>(27.322)</u>	<u>(14.664)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total consolidado</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		205.785	(9.835)	195.950
Redução de Capital	18.1	(40.000)	-	(40.000)
Prejuízo do exercício		-	(14.664)	(14.664)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>165.785</u>	<u>(24.499)</u>	<u>141.286</u>
Aumento de Capital	18.1	16.000	-	16.000
Prejuízo do exercício		-	(27.322)	(27.322)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>181.785</u>	<u>(51.821)</u>	<u>129.964</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(27.322)	(14.664)	(27.322)	(14.664)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	11 e 12	-	-	23.252	23.075
Apropriação de juros sobre arrendamentos	15	-	-	547	295
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 14	9.122	8.723	26.783	30.131
Apropriação de custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 14	272	132	385	248
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários	22	(34)	-	(557)	(2.423)
Resultado de equivalência patrimonial	10	17.941	5.802	-	-
Valor residual de baixa de imobilizado e intangível	11 e 12	-	-	1.313	35
Contas a receber	6	-	-	1.018	520
Impostos e contribuições a recuperar		-	-	204	112
Outros ativos		-	-	(344)	(488)
Fornecedores	12	-	-	2.873	1.077
Obrigações trabalhistas		-	-	(136)	(69)
Obrigações tributárias		-	(2)	1.949	1.987
Outros passivos	17	-	-	9.785	2.450
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	13 e 14	(5.999)	(6.041)	(15.057)	(26.729)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(2.000)	(2.654)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(6.020)</u>	<u>(6.050)</u>	<u>22.693</u>	<u>12.903</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários	5 e 7	(3.649)	6	(4.242)	31.131
Dividendos recebidos		4.487	501	-	-
Redução de capital em controladas	10	-	23.500	-	-
Partes relacionadas		(818)	-	-	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	11 e 12	-	-	(9.074)	(6.137)
Regate de ações preferenciais resgatáveis em controladas	8	9.166	7.515	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>9.186</u>	<u>31.522</u>	<u>(13.316)</u>	<u>24.994</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Redução de capital	18.1	-	(24.000)	-	(24.000)
Captação de empréstimos	13 e 14	-	-	563	750
Arrendamentos pagos	15	-	-	(690)	(331)
Empréstimos financiamentos e debêntures pagos	13 e 14	(3.167)	(1.475)	(9.421)	(12.590)
Partes relacionadas		-	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(3.167)</u>	<u>(25.475)</u>	<u>(9.548)</u>	<u>(36.171)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(1)</u>	<u>(3)</u>	<u>(171)</u>	<u>1.726</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo no início do exercício	4	2	5	1.778	52
Saldo no fim do exercício	4	1	2	1.607	1.778
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(1)</u>	<u>(3)</u>	<u>(171)</u>	<u>1.726</u>

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia denominada Eólica Serra das Vacas Holding S.A., “Sociedade por Ações” de capital fechado, está sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.931, 7º andar, sala 4, Jardim Paulistano, CEP 01452-910, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a participação direta nas seguintes sociedades por ações, denominadas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.

A Eólica Serra das Vacas Holding S.A. foi constituída conforme Ata da Assembleia de Constituição da Sociedade por Ações datada em 31 de agosto de 2015.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo no montante de R\$303.363 respectivamente. Esse fato refere-se, substancialmente, a reclassificação dos saldos de “Empréstimos e Financiamentos” e “Debêntures” do longo para o curto prazo em 31 de dezembro de 2019. A reclassificação desse montante para o passivo circulante deveu-se exclusivamente ao atendimento do disposto do item 69 do CPC 26 (R1), em razão dos contratos de financiamento da Companhia conterem cláusula estabelecendo a faculdade dos credores poderem declarar o vencimento antecipado dos créditos, decorrente de não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da dívida (“ICSD”) determinado nos contratos. Conforme prerrogativas previstas nas cláusulas contratuais, caso a Companhia não atinja o ICSD previsto de 1,20, mas o mesmo seja superior ou igual a 1,10, a Companhia deverá depositar na conta de complementação do ICSD os recursos necessários para reestabelecer o cálculo do ICSD de 1,20, o que foi realizado em 26 de março de 2020, a fim de se assegurar a não execução do vencimento antecipado da dívida.

Conforme notas explicativas nº 14 e nº 15, entre os meses de junho e julho de 2020, a Companhia recebeu a confirmação do BNDES acerca da dispensa no atingimento do ICSD para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no que tange aos “Empréstimos e Financiamentos”, bem como a confirmação do agente fiduciário acerca da adimplência com as obrigações pecuniárias para as “Debêntures”.

Desta forma, no período findo em 31 de dezembro de 2020, os passivos de “Empréstimos e Financiamentos” e “Debêntures” estão classificados entre circulante e não-circulante, de acordo com os fluxos de pagamentos.

Em 31 de dezembro de 2020, os passivos circulantes da Companhia e suas controladas excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$12.172 no consolidado. A Administração da Companhia entende que não existe risco de inadimplência, ou continuidade operacional, uma vez que parte substancial dos passivos circulantes referem-se às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras e contempla as parcelas vincendas nos próximos doze meses, enquanto que as contas a receber refletem apenas parte da receita gerada no mês, advinda da venda de energia. A expectativa da Administração é de que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e suas controladas.

2. ENTIDADES DO GRUPO

2.1. Sociedades controladas

A Companhia possui participações em sociedades controladas. O objeto social é predominantemente a exploração de serviços no ramo de energia elétrica por fonte eólica.

A relação das sociedades controladas, com suas denominações sociais e as respectivas participações em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão demonstradas a seguir:

	Potência instalada em kW	Garantia física em kW médio	31/12/2020	31/12/2019
Eólica Serra das Vacas I S.A.	23.920	12.200	100%	100%
Eólica Serra das Vacas II S.A.	22.295	10.700	100%	100%
Eólica Serra das Vacas III S.A.	22.235	11.500	100%	100%
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	22.295	11.200	100%	100%
Total	<u>90.745</u>	<u>45.600</u>		

As empresas controladas, Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A., tem sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo e os parques eólicos instalados no município de Paratama, estado de Pernambuco. Em janeiro de 2016, as controladas iniciaram suas atividades comerciais.

2.2. Contrato de autorização

As controladas, através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº 234 de 29 de maio de 2014, nº 240 de 30 de maio de 2014, nº 251 de 4 de junho de 2014 e nº 263 de 6 de junho de 2014, posteriormente atualizadas pelas resoluções autorizativas 5534, 5535, 5536 e 5537, de 27 de outubro de 2015, foram autorizadas a estabelecerem-se como Produtoras Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das Autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3. Comercialização de energia

As controladas, participaram do 17º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizado em 18 de novembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 09/2013-ANEEL. Em 28 de novembro de 2014, as controladas assinaram os CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com as respectivas distribuidoras de energia. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2016.

2.4. Riscos das operações

a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e suas controladas façam julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível, (b) provisão para recuperação dos ativos, (c) provisão para desmobilização. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (real - R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

c) Base de consolidação

As políticas contábeis e as demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das Controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em controladas são contabilizados na controladora através do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação de investimentos em controladas, resultados de equivalência patrimonial, provisão para perdas em operações de controladas, dividendos a receber e a distribuir e créditos e débitos relativos a transações entre as sociedades consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas, quando aplicável.
- Eliminação dos lucros não realizados, quando aplicável.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.3. Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas

Os títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas estão demonstrados ao custo amortizado, sendo os efeitos das taxas de juros efetivas registrados no resultado e apresentados na rubrica "Receitas financeiras".

3.4. Instrumentos financeiros - ativos

a) Classificação

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado; (ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros.

(i) Custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

b) “Impairment” de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram constituídas provisões para riscos de créditos.

3.5. Instrumentos financeiros - Passivos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos de energia nova são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na CCEE no âmbito do mercado regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perda esperadas. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

3.7. Estimativa para provisão perdas esperadas

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para provisão para perdas esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas Controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia e controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos ativos das controladas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

a) Provisão para desmobilização

A Companhia possui a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais relacionadas aos arrendamentos dos terrenos onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão representa a melhor estimativa de desembolso futuro, por se tratar de obrigações de longo prazo, sendo mensurada ao seu valor justo devendo ser revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

3.9. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.10. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam, o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.11. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.12. Debêntures, empréstimos e financiamentos

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos das debêntures e empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures e os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13. Reconhecimento de receita

a) Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando há a transferência do controle para o comprador.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

3.14. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41- Resultado por Ação.

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam vir a ser conversíveis em ações e que possam representar diluição do lucro por ação. Consequentemente, o lucro básico por ação não difere do lucro diluído por ação.

3.15. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A mensuração dos impostos diferidos ativos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos.

Regime de tributação do imposto de renda e contribuição social nas controladas

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.16. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

As novas normas ou alterações de normas e interpretações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia serão efetivas conforme descritas abaixo:

- a) Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16—Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 – expediente prático

A Administração avaliou o expediente prático emitido pelo IASB em maio de 2020 e concluiu que não há impactos nas demonstrações financeiras.

3.17. Normas novas e revisadas ainda não aplicáveis

As novas normas ou alterações de normas e interpretações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia serão efetivas conforme descritas abaixo:

Novas Normas, alterações e interpretações	Vigência a partir de
Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou “Joint Venture” (i)	Data não definida pelo IASB
Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (ii)	1º de janeiro de 2023

(i) Alteração da estrutura conceitual

As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou “joint venture”. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou “joint venture” contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou “joint venture”. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou “joint venture” contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou “joint venture”.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB. A Administração está em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

(ii) Revisão de outras normas

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Administração está em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção da referida norma.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa	-	-	5	5
Depósitos bancários	1	1	1.553	1.746
Aplicações financeiras (*)	-	1	49	27
Total	1	2	1.607	1.778

(*) Refere-se a aplicações financeiras realizadas com o Banco Itaú, com rendimentos de 75% do Certificado de Depósito Interbancário, com liquidez imediata e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	-	2	7.494	7.117

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os rendimentos médios foram de 89,56 % do CDI (96,53% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2019).

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2020	2019
Fornecimento de energia elétrica CCEAR (a)	7.899	7.378
Conta de ajuste contratual (quadriênio) de energia CCEAR (b)	-	1.539
Total	7.899	8.917

(a) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no CCEAR.

(b) Saldo referente ao ajuste contratual anual e acumulado (quadriênio) dos contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CAIXA RESTRITO)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	3.685	-	17.258	12.836

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os rendimentos médios foram de 89,56 % (96,53% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2019).

As aplicações financeiras vinculadas tratam-se de conta reserva exigida pelo BNDES e pela Escritura das Debentures, conforme notas explicativas nº 13 e nº 14, como garantia pela disponibilização dos recursos. O saldo é aferido mensalmente conforme contratos.

8. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS EM CONTROLADAS

	Controladora	
	2020	2019
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	34.632	43.798

a) Ações preferenciais resgatáveis em controladas

Em 29 de agosto de 2017, o Conselho de Administração das empresas controladas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A., e Eólica Serra das Vacas IV S.A. aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$63.270.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2029 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 17.800.334. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	<u>Valor de emissão por ação</u>	<u>Valor capitalizado por ação</u>	<u>Valor de reserva de capital por ação</u>
Eólica Serra das Vacas I S.A.	1,5046	0,2065	1,2980
Eólica Serra das Vacas II S.A.	1,6147	0,3804	1,2343
Eólica Serra das Vacas III S.A.	1,6956	0,3948	1,3008
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	1,5758	0,2619	1,3139

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$11.559, e parte como reserva de capital no montante de R\$23.073. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total de emissão deduzido dos resgates realizados até 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$34.632, foi registrado como passivo circulante nas empresas controladas, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

	Movimentação 2019				<u>31/12/2019</u>
	<u>Ações Preferenciais Resgatáveis</u>	<u>Reserva de capital</u>			
		<u>31/12/2018</u>	<u>Movimentação</u>		
			<u>Resgate</u>	<u>Saldo</u>	
Eólica Serra das Vacas I S.A.	2.958	15.177	(2.011)	13.166	16.124
Eólica Serra das Vacas II S.A.	2.867	6.397	(1.763)	4.634	7.501
Eólica Serra das Vacas III S.A.	2.867	6.611	(1.895)	4.716	7.583
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	2.867	11.569	(1.846)	9.723	12.590
Total	11.559	39.754	(7.515)	32.239	43.798

	Movimentação 2020				<u>31/12/2020</u>
	<u>Ações Preferenciais Resgatáveis</u>	<u>Reserva de Capital</u>			
		<u>31/12/2019</u>	<u>Movimentação</u>		
			<u>Resgate</u>	<u>Saldo</u>	
Eólica Serra das Vacas I S.A.	2.958	13.166	(2.453)	10.713	13.671
Eólica Serra das Vacas II S.A.	2.867	4.634	(2.150)	2.484	5.351
Eólica Serra das Vacas III S.A.	2.867	4.716	(2.251)	2.465	5.332
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	2.867	9.723	(2.312)	7.411	10.278
Total	11.559	32.239	(9.166)	23.073	34.632

9. PARTES RELACIONADAS

Em 8 de outubro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pela redução do capital social das controladas, abaixo relacionadas, por considera-lo excessivo, a redução dar-se-á mediante o cancelamento de 40.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em cada uma das investidas. O fluxo de pagamento da redução de capital, possui previsão de liquidação até 2021.

Em 13 de dezembro de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pela retificação das deliberações dadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de outubro de 2019, alterando assim o texto original relacionado a redução de capital nas controladas, que passou a ser de R\$24.000 e não mais de R\$40.000, representado pelo cancelamento de 24.000.000 ações ordinárias. Como efeito, o saldo em aberto com partes relacionadas foi integralizado no montante de R\$16.000.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo em aberto refere-se à concessão de mútuo, sobre o qual não incidem juros e o prazo de vencimento é indeterminado:

	2020	2019
Eólica Serra das Vacas I S.A.	818	4.500
Eólica Serra das Vacas II S.A.	-	3.500
Eólica Serra das Vacas III S.A.	-	4.000
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	500	4.500
Total	1.318	16.500

10. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	2020	2019
Avaliação patrimonial	<u>146.276</u>	<u>148.217</u>

a) Movimentação do saldo dos investimentos

Controlada	Saldo em 31/12/2019	2020		
		Equivalência patrimonial	Integralização de capital (*)	Saldo em 31/12/2020
Eólica Serra das Vacas I S.A.	35.323	(3.331)	4.500	36.492
Eólica Serra das Vacas II S.A.	37.868	(6.901)	3.500	34.467
Eólica Serra das Vacas III S.A.	37.264	(4.437)	4.000	36.827
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	37.762	(3.272)	4.000	38.490
Total	148.217	(17.941)	16.000	146.276

Controlada	Saldo em 31/12/2018	2019		
		Equivalência patrimonial	Redução de capital (*)	Saldo em 31/12/2019
Eólica Serra das Vacas I S.A.	48.707	(3.384)	(10.000)	35.323
Eólica Serra das Vacas II S.A.	48.500	(632)	(10.000)	37.868
Eólica Serra das Vacas III S.A.	48.358	(1.094)	(10.000)	37.264
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	48.454	(692)	(10.000)	37.762
Total	194.019	(5.802)	(40.000)	148.217

(*) Em 8 de outubro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pela redução de capital social nas controladas acima, por considerá-lo excessivo, no montante total de R\$40.000. A redução dar-se á mediante o cancelamento de 40.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 13 dezembro de 2020, conforme mencionado na nota explicativa nº 9, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pela retificação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de outubro de 2019 e, como efeito, capitalizou o saldo em aberto à receber com as referidas controladas, no montante total de R\$16.000.

b) As informações financeiras das controladas estão apresentadas a seguir:

Empreendimentos	2020			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Eólica Serra das Vacas I S.A.	128.465	(91.972)	(36.493)	(3.331)
Eólica Serra das Vacas II S.A.	112.955	(78.489)	(34.466)	(6.901)
Eólica Serra das Vacas III S.A.	113.175	(76.348)	(36.827)	(4.437)
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	119.376	(80.886)	(38.490)	(3.272)
Total	473.971	(327.695)	(146.276)	(17.941)

Empreendimentos	2019			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Eólica Serra das Vacas I S.A.	130.038	(94.713)	(35.323)	(3.384)
Eólica Serra das Vacas II S.A.	117.884	(80.016)	(37.868)	(632)
Eólica Serra das Vacas III S.A.	117.717	(80.453)	(37.264)	(1.094)
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	123.407	(85.645)	(37.762)	(692)
Total	489.046	(340.827)	(148.217)	(5.802)

11. IMOBILIZADO

a) Imobilizado em curso

	Consolidado			
	Terreno	Material depósito	Desenvolvimento de projeto Social (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	38	1.266	-	1.304
Aquisições	-	4.140	445	4.585
Baixa	(35)	-	-	(35)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3	5.406	445	5.854
Transferência	-	(620)	-	(620)
Aquisições	-	8.206	868	9.074
Baixa	-	-	(1.313)	(1.313)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3	12.992	-	12.995

(*) Em razão do contrato de financiamento de seu empreendimento junto ao BNDES a

Companhia destinará a quantia recebida do Subcrédito Social (nota explicativa nº 14) ao desenvolvimento do projeto e implantação do Centro de Turismo e Cultura no município de Paranatama.

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde, declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Desta forma, a Administração da Companhia, em conjunto com o BNDES e a Prefeitura do Município de Paranatama, decidiram reverter o investimento destinado ao “Centro de Turismo e Cultura” para “Projeto de ações de apoio, prevenção e combate a pandemia COVID-19”.

A execução de todas as ações ocorreu em outubro de 2020, e formalizada por meio do termo de doação dos serviços e materiais à Prefeitura do Município de Paranatama.

b) Imobilizado em serviço

	Consolidado							Total
	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículo	Móveis e utensílios	Direito de Uso	Provisão para desmobilização	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.887	75.472	384.037	187	70	-	-	461.653
Aquisições	-	-	1.354	27	99	-	-	1.480
Arrendamentos	-	-	-	-	-	7.218	-	7.218
Provisão para desmobilização (*)	-	-	-	-	-	-	1.516	1.516
Depreciações	-	(2.824)	(19.907)	(25)	(6)	(130)	(174)	(23.066)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.887	72.648	365.484	189	163	7.088	1.342	448.801
Transferência	-	-	620	-	-	-	-	620
Arrendamentos	-	-	-	-	-	347	-	347
Depreciações	-	(2.824)	(20.000)	(26)	(11)	(326)	(43)	(23.230)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.887	69.824	346.104	163	152	7.109	1.299	426.538
Segregado em:								
Custo	1.887	83.924	445.629	276	192	7.565	1.516	540.989
Depreciação acumulada	-	(14.100)	(99.525)	(113)	(42)	(456)	(217)	(114.453)
Total	1.887	69.824	346.104	163	150	7.109	1.299	426.536
Total geral - líquido em 31 de dezembro de 2020								439.531
Total geral - líquido em 31 de dezembro de 2019								454.655

(*) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração, devendo ser revisada periodicamente.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis.

12. INTANGÍVEL

	Consolidado		
	Servidões	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.574	78	1.652
Aquisição	-	72	72
Amortização	-	(9)	(9)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.574	141	1.715
Amortização	-	(22)	(22)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.574	119	1.693

	Consolidado		
	Servidões	Software	Total
Segregado em:			
Custo	1.574	190	1.764
Amortização acumulada	-	(71)	(71)
Total	<u>1.574</u>	<u>119</u>	<u>1.693</u>

13. DEBÊNTURES

O Conselho de Administração da Eólica Serra das Vacas Holding S.A. aprovou, em 9 de setembro de 2016, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries. Para a 1ª série foram emitidas 23.000 (vinte e três mil) e na 2ª série 45.000 (quarenta e cinco mil), totalizando 68.000 (sessenta e oito mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais), totalizando, na data de emissão, o valor total da Emissão de R\$68.000 (sessenta e oito milhões de reais).

A 1ª série será amortizada em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2016 e juros de 8,37% ao ano + Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Os montantes foram liberados à Companhia ao longo de dezembro de 2016.

A 2ª série será amortizada em 25 (vinte e cinco) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a 1ª parcela devida em 15 de julho de 2018 e juros de 8,5818% ao ano + IPCA. Os montantes foram liberados à Companhia ao longo de dezembro de 2016.

Os recursos líquidos captados em 14 de dezembro de 2016 foram destinados a investimentos nas controladas: Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A., Eólica Serra das Vacas IV S.A.

A Escritura das Debêntures prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida ("ICSD") de 1,20, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não atingiram o índice acima determinado, sendo que o índice apurado foi 1,11. Desta forma, a Companhia e suas controladas procederam com a transferência de todo o saldo da dívida do longo para curto prazo.

Conforme previsto na cláusula V item 5.1 letra "pp" da Escritura das Debêntures, caso não seja atingido o índice de 1,20, mas o ICSD apurado seja superior a 1,10 a Companhia deverá depositar na conta de complementação do ICSD os recursos necessários para reestabelecer o cálculo do ICSD de 1,20. A Companhia realizou o referido depósito em 26 de março de 2020 no montante de R\$3.663, a fim de assegurar a não execução do vencimento antecipado da dívida. Ainda conforme previsto nas cláusulas contratuais, a Companhia deverá manter os recursos depositados na conta de complementação do ICSD até a próxima apuração do índice, a ser realizada no ano imediatamente subsequente. Deste modo, caso no ano imediatamente subsequente, a Companhia apure o ICSD de 1,20, sem considerar os recursos mantidos na conta de complementação do ICSD, o saldo será liberado para movimentação.

Em junho de 2020, o agente Fiduciário "Planner Trustee" emitiu relatório anual informando ao público que a Companhia se encontra adimplente com as obrigações pecuniárias. Dessa forma, a Companhia procedeu com a reclassificação da dívida entre circulante e não-circulante, conforme o fluxo de pagamento.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente em relação às cláusulas de vencimento antecipado.

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
Principal e juros incorridos	71.915	71.958
(-) Custo de transação a amortizar	(5.982)	(6.253)
Total	<u>65.933</u>	<u>65.705</u>
Segregado entre:		
Circulante	3.671	65.705
Não circulante	62.262	-
Total	<u>65.933</u>	<u>65.705</u>

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	R\$
2022	3.711
2023	4.008
2024	4.251
2025	4.386
2026 – 2030	45.906
	<u>62.262</u>

A movimentação do exercício é conforme segue:

	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2018	64.366
Juros incorridos	8.723
Amortização de juros	(6.041)
Amortização de principal	(1.475)
Apropriação custos a amortizar	132
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>65.705</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	65.705
Juros incorridos	9.122
Amortização de juros	(5.999)
Amortização de principal	(3.167)
Apropriação custos a amortizar	272
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>65.933</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As controladas da Companhia captaram um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados às controladas tem como data final de amortização 15 de julho de 2032.

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de agosto de 2016 a 15 de julho de 2032. O principal é atualizado por Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP + 2,45% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

Foram dadas, como garantias do referido contrato, ações da Eólica Serra das Vacas Holding S.A.; Ações das empresas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

As controladas tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

A Companhia atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

Adicionalmente, não há contratos de empréstimos em nome da controladora, somente o contrato de debêntures.

Por fim, note-se que o financiamento em questão prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida ("ICSD") de 1,20, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não atingiram o índice acima determinado, sendo que o índice apurado foi 1,11. Desta forma, as controladas da Companhia procederam com a transferência de todo o saldo da dívida do longo para curto prazo.

Conforme previsto na cláusula sexta do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, caso não seja atingido o índice de 1,20, mas o ICSD apurado seja superior a 1,10, a Companhia deverá depositar na conta de complementação do ICSD os recursos necessários para reestabelecer o cálculo do ICSD de 1,20. A Companhia realizou o referido depósito em 26 de março de 2020 no montante de R\$3.663, a fim de assegurar a não execução do vencimento antecipado da dívida.

Ainda conforme previsto nas cláusulas contratuais, a Companhia deverá manter os recursos depositados na conta de complementação do ICSD até a próxima apuração do índice, a ser realizada no ano imediatamente subsequente. Deste modo, caso no ano imediatamente subsequente, a Companhia apure o ICSD de 1,20, sem considerar os recursos mantidos na conta de complementação do ICSD, o saldo será liberado para movimentação.

Em junho de 2020, a Companhia fez o pleito ao Plano de Ação Emergencial do Covid-19 do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento, denominado "Stand Still", cujo deferimento ocorreu em 7 de julho de 2020. O "Stand Still" foi criado com intenção de mitigar os efeitos da pandemia do Covid-19 no Brasil, o qual consiste na suspensão dos pagamentos (principal e juros), por um período de seis meses. Nesse período, os montantes de principal e juros postergados serão capitalizados ao saldo devedor do contrato.

Em 20 de julho de 2020, a Companhia recebeu comunicado do BNDES informando que está dispensada do cumprimento do ICSD para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, desta forma, procedeu com a reclassificação da dívida entre circulante e não-circulante, conforme fluxo de pagamentos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente em relação às cláusulas de vencimento antecipado.

	Consolidado	
	2020	2019
BNDES	255.413	252.504
(-) Custo de transação a amortizar	(1.353)	(1.469)
Total	<u>254.060</u>	<u>251.035</u>
Segregado entre:		
Circulante	15.736	251.035
Não circulante	<u>238.324</u>	-
Total	<u>254.060</u>	<u>251.035</u>

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	R\$
2022	16.052
2023	17.156
2024	18.334
2025	19.591
2026 – 2030	120.082
2031 – 2032	47.109
	<u>238.324</u>

A movimentação do período é conforme segue:

	R\$ - mil
Saldo em 31 de dezembro 2018	260.564
Liberação (*)	750
Amortização de principal	(11.115)
Amortização de juros	(20.688)
Juros incorridos	21.408
Apropriação de custos de transação	116
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>251.035</u>
Saldo em 31 de dezembro 2019	251.035
Liberação (*)	563
Amortização de principal	(6.254)
Amortização de juros	(9.058)
Juros incorridos	17.661
Apropriação de custos de transação	113
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>254.060</u>

- (*) Recebimento da liberação do subcrédito social, destinado a investimento no desenvolvimento do projeto e implantação do “Centro de Turismo e Cultura” e “Projeto de ações de apoio, prevenção e combate a pandemia COVID-19”. no município de Paratama, conforme citado na nota explicativa nº 11 (a).

15. ARRENDAMENTO

As controladas da Companhia possuem contratos de locação de terras. Esses contratos são classificados como arrendamentos, conforme previsto no CPC 06 (R2) e, seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

	Consolidado	
	2020	2019
Mais de 5 anos		
Total dos pagamentos mínimos	15.769	15.705
Encargos financeiros futuros	(8.383)	(8.523)
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>7.386</u>	<u>7.182</u>
Circulante	160	132
Não circulante	<u>7.226</u>	<u>7.050</u>
	<u>7.386</u>	<u>7.182</u>

A movimentação do período é conforme segue:

Adoção inicial em 1 de janeiro de 2019	6.912
Adição de novos contratos e atualização monetária	306
Apropriação de juros	295
Amortizações	(331)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>7.182</u>
Atualização monetária	347
Apropriação de juros	547
Amortizações de principal e juros	(690)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>7.386</u>

O direito de uso sobre os contratos firmados está registrado na rubrica de “Imobilizado”, conforme nota explicativa nº 11.

16. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações contratuais (a)	<u>6.594</u>	<u>3.838</u>
Total circulante	<u>6.594</u>	<u>3.838</u>
Obrigações contratuais (a)	7.029	-
Provisão para desmobilização (b)	<u>1.516</u>	<u>1.516</u>
Total não circulante	<u>8.545</u>	<u>1.516</u>
Total outros passivos	<u>15.139</u>	<u>5.354</u>

- (a) As controladas da Companhia apuraram déficit de geração anual e quadrienal em seu segundo quadriênio encerrado em dezembro de 2020, o saldo do ressarcimento de curto e longo prazo do déficit será liquidado conforme previsto nos Contratos do CCEAR.
- (b) Referem-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar no futuro, para desmontagem e retirada dos seus ativos nos parques eólicos. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração e é revisada periodicamente. A contrapartida dessa provisão, está registrada na rubrica de “Imobilizado”, conforme nota explicativa nº 11.

17. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos seus assessores legais, avalia a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos judiciais. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Administração da Companhia não identificou a existência de processos ou situações que requeressem a registro de provisão para riscos ou divulgação de processos classificados como possíveis.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital social

Em 8 de outubro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pela redução de capital, por considerá-lo excessivo no montante de R\$40.000. A redução dar-se-ia mediante o cancelamento de 40.429.809 ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 13 dezembro de 2020, Assembleia Geral Extraordinária deliberou pela retificação das deliberações dadas na Assembleia Geral Extraordinária de 8 de outubro de 2019, alterando assim o texto original relacionado a redução de capital, que passou a ser de R\$24.000 e não mais de R\$40.000, representado pelo cancelamento de 24.257.882 ações ordinárias. Como efeito, o saldo em aberto a pagar à controladora foi convertido em integralização de 16.171.927 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no montante de R\$16.000.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado é no montante de R\$181.785 (R\$165.785 em 31 de dezembro de 2019) composto por 183.738.518 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	Controladora			Controladora		
	Capital subscrito e integralizado	Quantidade de ações	%	Capital subscrito e integralizado	Quantidade de ações	%
	31.12.2020	31.12.2020		31.12.2019	31.12.2019	
Eólica Serra das Vacas Participações S.A.	181.785	183.738.518	100%	165.785	167.556.591	100%

18.2. Partes relacionadas

O fluxo de pagamento da redução de capital, possui previsão de liquidação em até 2021 e está registrado na rubrica de partes relacionadas no passivo a longo prazo.

Em 13 de dezembro de 2020, como mencionado na nota explicativa nº 17.1, o saldo em aberto a pagar à controladora foi convertido em integralização de capital no montante de R\$16.000.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Eólica Serra das Vacas Participações S.A.	<u>-</u>	<u>16.000</u>

18.3. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

18.4. Dividendos

A distribuição de dividendos é realizada com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

18.5. Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido (prejuízo) do exercício aos montantes utilizados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo do exercício	(27.322)	(14.664)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	<u>168.354.111</u>	<u>198.682.006</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,1623)</u>	<u>(0,0738)</u>

19. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Suprimento de energia elétrica – ACL e MCP	2.961	1.377
Suprimento de energia elétrica – CCEAR	66.315	63.585
Sobras e déficit da obrigação contratual – CCEAR	<u>(13.256)</u>	<u>(1.304)</u>
Receita Bruta	<u>56.020</u>	<u>63.658</u>
(-) Deduções:		
PIS e COFINS	(2.520)	(2.371)
Taxa de fiscalização da ANEEL	<u>(278)</u>	<u>(275)</u>
Total	<u>(2.798)</u>	<u>(2.646)</u>
Total	<u>53.222</u>	<u>61.012</u>

20. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	2020	2019
Energia comprada para revenda	(501)	(199)
Depreciação e amortização	(23.252)	(23.075)
Despesa com pessoal	-	(1.702)
Serviços de terceiros	(13.265)	(7.037)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(3.094)	(2.961)
Arrendamentos e aluguéis	(35)	(523)
Material	(2.678)	(1.713)
Outros	(367)	(606)
Total	(43.192)	(37.816)

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora	
	2020	2019
Serviços de terceiros	(1)	(13)
Outros	(2)	-
Total	(3)	(13)

	Consolidado	
	2020	2019
Despesa com pessoal	-	(82)
Serviços de terceiros	(672)	(812)
Doação (*)	(1.313)	-
Outras despesas	(4)	(17)
Outras receitas	18	6
Total	(1.971)	(905)

(*) Em outubro de 2020, foi formalizado por meio do termo de doação à Prefeitura do Município de Paranatama, a conclusão da execução de todas as ações do “Projeto de ações de apoio, prevenção e combate a pandemia COVID-19”, mediante doação de bens e serviços acumulados até essa data, conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 (a) e nº 14.

22. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora	
	2020	2019
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	34	1
Total	34	1

	Controladora	
	2020	2019
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(9.121)	(8.723)
Comissão fiança	(18)	(62)
Outras	(273)	(65)
Total	(9.412)	(8.850)
Resultado financeiro, líquido	(9.378)	8.849
	Consolidado	
	2020	2019
Receitas financeiras:		
Títulos e valores mobiliários	557	2.423
Outras	11	68
Total	568	2.491
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(26.782)	(30.131)
Comissão fiança	(5.131)	(5.286)
Outras	(1.757)	(1.337)
Total	(33.670)	(36.754)
Resultado financeiro, líquido	(33.102)	(34.263)

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes, debitados ao resultado do exercício nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentada a seguir:

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social está apresentada a seguir:

	Consolidado		Consolidado	
	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Suprimento de energia	69.276	69.276	64.962	64.962
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	5.542	8.313	5.197	7.795
Receitas financeiras	557	557	2.423	2.423
Outras receitas	11	11	68	68
Base de cálculo	6.110	8.881	7.688	10.286
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Subtotal	(917)	(799)	(1.153)	(926)
Adicional de IRPJ	(563)	-	(613)	-
Total	(1.480)	(799)	(1.766)	(926)
Despesas com IRPJ e CSLL		(2.279)		(2.692)

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

		Controladora	
		Classificação	
		2020	2019
ATIVOS			
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio do resultado	1	2
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	-	2
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	3.685	-
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	Custo amortizado	34.632	43.798
Dividendos a receber	Custo amortizado	9.911	14.398
Partes relacionadas	Custo amortizado	1.318	16.500
PASSIVOS			
Debêntures	Custo amortizado	65.933	65.705
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	16.000

		Consolidado	
		Classificação	
		2020	2019
ATIVOS			
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio do resultado	1.607	1.778
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	7.494	7.117
Contas a receber	Custo amortizado	7.899	8.917
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	17.258	12.836
PASSIVOS			
Fornecedores	Custo amortizado	4.319	1.446
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	254.060	251.035
Debêntures	Custo amortizado	65.933	65.705
Arrendamentos	Custo amortizado	7.386	7.182
Partes Relacionadas	Custo amortizado	-	16.000
Outros passivos	Custo amortizado	15.139	5.354

b) Valor justo

Não existem divergências significativas entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

e) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

f) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

g) Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas, em atendimento ao disposto no item 40 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- IPCA - acumulado últimos 12 meses: 4.55%.
- TJLP: 4.52%.

CDI - acumulado últimos 12 meses: 2,75%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Controladora	2020	Índice ao ano	Cenários		
			Provável	(25%)	(50%)
Debêntures	(65.933)	IPCA + 8,5%	(8.604)	(10.755)	(12.906)
Consolidado	2020	Índice ao ano	Provável	(25%)	(50%)
Debêntures	(65.933)	IPCA + 8,5%	(8.604)	(10.755)	(12.906)
Empréstimos e financiamentos	(254.060)	TJLP+2,45%	(17.708)	(22.135)	(26.562)
Aplicações financeiras vinculadas	17.258	CDI	475	593	712
Títulos e valores mobiliários	7.494	CDI	206	258	309
Total	(295.241)		(25.631)	(32.039)	(38.447)

h) Risco de capitalização

	Consolidado	
	2020	2019
Dívida de empréstimos, financiamentos e debêntures	319.993	316.740
(-) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valor mobiliários, aplicações financeiras vinculadas	<u>(26.359)</u>	<u>(21.731)</u>
Dívida líquida	293.634	295.009
Patrimônio líquido	<u>129.964</u>	<u>141.286</u>
Relação dívida líquida x patrimônio líquido - %	226%	209%

25. COMPROMISSOS

As controladas da Companhia mantem compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores - O&M, no montante de aproximadamente R\$6.000 ao ano, com vencimento em 2026, ao qual possui reajuste anual pelo IPCA.

26. SEGUROS

Objeto	Controladora e Consolidado			
	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	10.000	19/12/2020	19/12/2021	Controladora e controladas
Riscos operacionais - Parque eólico das investidas	120.000	19/12/2020	19/12/2021	Controladas

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
Atualização dos contratos /Adoção Inicial – arrendamentos/imobilizado	347	7.218
Capitalização do saldo de partes relacionadas (nota explicativa 18.2)	16.000	-
Provisão para desmobilização – outros passivos/imobilizado	-	1.516

28. COVID-19

No final de 2019 os casos de coronavírus (“COVID-19”) foram reportados mundialmente e desde então se multiplicaram, com relatos de fatalidade, por diversos países.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde, declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto, mas imagina-se que seja significativo.

Ato contínuo, o Governo Federal estabeleceu que alguns serviços essenciais não poderiam paralisar suas operações durante o período de crise e isolamento social provocado pela pandemia, dentre estes estão enquadrados o setor de energia elétrica e, por consequência, as empresas geradoras de energia. Desta forma, a Companhia e suas subsidiárias continuam operando normalmente, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

A Administração da Companhia, mediante gerenciamento de risco, avaliou os potenciais impactos do COVID-19 em suas operações, e:

- Não houve impacto na geração de energia no período e não há expectativa de impacto futuro.
- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia e suas controladas.
- Não houve aumento relevante em relação à inadimplência dos clientes.
- Durante as operações do exercício de 2020, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos que requeiram ajustes ou divulgações nessas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, um dos valores fundamentais da Companhia é a segurança. Dessa forma, estamos adotando todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde. As principais medidas já adotadas pela Companhia são:

- Implementação do “home office” para o “backoffice”.
- Distanciamento de pessoal ligado à operação.
- Escalas alternadas e utilização de cuidados higiênicos.
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem “impairment” de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas informações financeiras intermediárias encerradas em 31 de dezembro de 2020. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 15 de março de 2021.
